

HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS DE CASCAIS: MAPEAMENTO DOS USOS E MOTIVAÇÕES

Aladje Dabo

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Lisboa – Portugal

E-mail: aladjedabo@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9252-6912>

Ricardo Cunha Dias

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Lisboa – Portugal

E-mail: ricardo.daniel.cunha.dias@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3801-1851>

Diogo Guedes Vidal

Centro de Ecologia Funcional, Laboratório Associado Terra, Universidade de
Coimbra

Coimbra – Portugal

E-mail: diogoguedesvidal@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2777-2372>

Paulo Castro Seixas

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Lisboa – Portugal

E-mail: pseixas@iscsp.ulisboa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9209-8188>

Submetido em 09/05/2022 Aprovado em 11/09/2022

DOI: [10.5380/guaju.v%vi%i.84605](https://doi.org/10.5380/guaju.v%vi%i.84605)

Resumo

Este texto tem como objetivo mapear os principais usos e motivações dos hortelãos das hortas comunitárias do Município de Cascais, Portugal. Por meio da realização de 12 entrevistas, identificou-se como usos gerais cultivar e apanhar produtos frescos, socializar e ensinar os mais novos. Quanto às motivações, destacaram-se o fortalecimento de laços sociais e o contacto com a terra, fazer uma alimentação mais saudável e o lazer/ter um entretenimento. O contributo desta pesquisa é o de informar melhores políticas públicas, no sentido de ajustá-las a uma maior participação dos municípios em atividades que visem o desenvolvimento urbano sustentável.

Palavras-chave: Hortas Urbanas; Usos e Motivações; Mapeamento; Cascais; Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Cascais urban community gardens: mapping uses and motivations

Abstract

This text aims to map the main uses and motivations of gardeners in community gardens in the Municipality of Cascais, Portugal. Through the completion of 12 interviews, it was identified as general uses to cultivate and harvest fresh produce, socialize, and teach younger people. As for the motivations, the strengthening of social ties and contact with the land, making a healthier diet and leisure/entertainment stood out. The contribution of this research is to inform better public policies to adjust them to greater participation of the municipalities in activities aimed at sustainable urban development.

Keywords: *Urban Gardens; Uses and Motivations; Mapping; Cascais; Sustainable Urban Development.*

1 Introdução

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, com início em meados do século XVIII, evidencia uma trajetória insustentável ligada a diversos fenómenos de perturbação e destruição da Natureza com impactos no meio ambiente, tais como a erosão dos solos, o aumento das temperaturas, a expansão das zonas áridas, a subida do nível do mar, entre outros (Steffen, 2022). Devido a esses fatores adversos, o conceito de “desenvolvimento sustentável” tem dominado a agenda internacional, com destaque para a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas (2015), conquistando relevo à escala local. Há, a esse nível, uma procura por soluções que permitam salvaguardar, e até mesmo regenerar (Wahl, 2016), recursos naturais, de modo que as gerações atuais possam usufruí-los sem comprometer as gerações futuras.

Nesse quadro, a promoção do desenvolvimento sustentável e a adoção de um modo de vida e de políticas públicas cada vez mais direcionadas para o bem-estar humano num mundo tendencialmente organizado em cidades (Oliveira et al., 2020) tem conduzido a um crescimento significativo do fenómeno das Hortas Urbanas, nomeadamente em Portugal. Esse fenómeno tem sido promovido pelos municípios como um projeto que abarca variantes

de diferentes diretrizes, indo ao encontro de um planeamento sustentável e a um modelo de desenvolvimento que respeite os limites do ambiente, contribuindo para uma comunidade coesa, saudável e produtiva (Teixeira, 2016).

Por essas razões, entendemos pertinente avançar com uma pesquisa centrada nas Hortas Urbanas Comunitárias no município de Cascais, integrado na Área Metropolitana de Lisboa. Dado o elevado número de munícipes em lista de espera para a atribuição de um talhão numa dessas hortas (cerca de 1600 pessoas, segundo dados da Câmara Municipal de Cascais), colocamos as seguintes perguntas de partida: Quais são as motivações que subjazem essa procura? Quais os usos que os hortelãos dão aos talhões cedidos pela Câmara Municipal de Cascais? Qual a relação entre as motivações para o pedido das hortas comunitárias e o seu uso? Assim, o objetivo principal desta pesquisa é o de compreender essa elevada procura por parte dos residentes no município. De forma mais específica, pretende-se: (1) identificar as motivações para essa procura; assim como (2) identificar e caracterizar os usos das hortas comunitárias.

A pesquisa desenvolve-se com base no estudo de caso de Cascais enquanto município que é muitas vezes referenciado como um exemplo emblemático de uma autarquia na vanguarda do desenvolvimento urbano sustentável (Alves et al., 2019; Seixas, et al., 2020). Recorrendo-se a um método qualitativo, com recurso a um guião de entrevista semiestruturado, procurou-se apurar os usos das Hortas Urbanas Comunitárias no município de Cascais, bem como dos motivos para tais utilizações. O contributo desta pesquisa é o de informar políticas públicas no sentido de ajustá-las a uma maior participação dos munícipes em atividades urbanas que visem a sustentabilidade comunitária.

2 Hortas Comunitárias no Contexto da Agricultura Urbana: Um Breve Enquadramento Conceptual

O século XX foi marcado por um intenso e contínuo processo de migração de pessoas para as cidades, movidas pela expectativa de melhores condições de vida (Oliveira et al., 2020). Como resultado, mais de metade da população mundial vive atualmente em áreas urbanas, prevendo-se um aumento até aos 68% em 2050 (United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2019). Diante da crescente urbanização e concorrência económica, verifica-se uma transformação acelerada das cidades, enquanto estas começam a adotar novas formas do desenvolvimento que não sejam danosas para futuras gerações (Lança, 2011). Nesse sentido, e por força da atual conjuntura socioeconómica, das alterações

nas aspirações socioculturais e dos modos de vida nas cidades, a agricultura urbana e periurbana, com características espontâneas ou enquadradas em projetos institucionais, tem vindo a ganhar relevância e a assumir-se como um fenómeno com grande expressividade (Truninger, 2010).

Uma das características da agricultura urbana é a sua integração no circuito económico e ecológico das cidades, envolvendo e interagindo com o sistema urbano. Essa conexão subentende que deve ser a comunidade residente a trabalhar as terras, usando os recursos à sua disposição, como, por exemplo, utilizando os resíduos orgânicos urbanos transformados em compostagem para a fertilização dos solos e criando canais de escoamento das hortícolas para o consumo da comunidade local (Mougeot, 2000; Parente et al., 2019). Em Portugal, esses fenómenos estão geralmente concentrados nas zonas mais densamente urbanizadas do país e são promovidos pelas autarquias locais (Rodrigues, 2013). O tema foi introduzido a partir de finais da década de 1980 pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, um sério defensor dos princípios ambientais, que chamou a atenção de uma forma persistente pela necessidade da introdução de espaços rurais e agrícolas nos centros urbanos (Barata, 2017). Ribeiro Telles defendia que trazer a ruralidade do país para as cidades poderia ser utilizada para fazer frente à degradação ambiental provocada pela industrialização intensa e urbanização alargada (Soromenho-Marques, 2005). Desde então, a agricultura urbana em Portugal tem vindo a transformar-se num movimento nacional importante para a sustentabilidade das cidades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A prática da agricultura urbana pode assumir diversas formas (Delgado, 2017), com destaque para as hortas urbanas. O conceito de hortas urbanas remonta ao século XIX, período durante o qual este fenómeno surge um grande número nos Estados Unidos (Barata, 2017). Na Europa, também ainda no século XIX, as hortas urbanas surgiram como consequência da industrialização, quer como pluriatividade de suporte ao emprego precário, quer decorrente do movimento higienista (Seixas, 2003), como no caso particular da Alemanha, tendo ficado conhecido o movimento dos “Kleingärten” (pequenas hortas) e das “Kleingärtenverein” (Associações de Hortas de Loteamentos) (Lima, 2019). Desde então, embora o conceito tenha evoluído ao longo do tempo, a sua definição não é ainda clara devido aos múltiplos significados atribuídos pelos organizadores ou participantes desses projetos (Barata, 2017).

De uma forma geral, uma “horta urbana” pode ser definida como um conjunto de parcelas agrícolas onde são cultivados produtos alimentares, desde legumes, hortaliças,

frutíferas, aromáticas, ornamentais, medicinais, entre outras (Pinto, 2007). A junção de “comunitárias” ao conceito significa que essas hortas são atribuídas aos municípios a título gracioso, em terrenos municipais inseridos em parques ou zonas verdes. Para além da função de cultivo e dos serviços dos ecossistemas que proporcionam, as hortas comunitárias são apropriadas como lugares de convívio, lazer e aprendizagem, como espaços de encontro entre os utilizadores e a comunidade local (Teixeira, 2016). No contexto da agricultura urbana, outra característica das hortas comunitárias é o seu elevado grau de resiliência perante crises económicas, assim como a agricultura institucionalizada, sendo-lhe reconhecida a capacidade de desenvolver-se em qualquer enquadramento, controlo e regulamentação institucional (OECD, 2009).

Essa realidade está na base do surgimento da Rede Portuguesa de Agricultura Urbana e Periurbana (PORTAU), composta por aproximadamente 80 organizações, entre as quais: Autarquias e outras instituições do Poder Local; Associações de Agricultores Urbanos; Instituições de Ensino e/ou de Investigação e Desenvolvimento (I&D); Empresas Privadas; e outras organizações de vertente agrícola. A principal preocupação dessa rede consiste em promover debates e trocas de experiências à volta do desenvolvimento sustentável da agricultura. Trata-se de uma rede aberta e inclusiva que tem como um dos objetivos colocar em contacto experiências de agricultura urbana institucionalizada na vida da comunidade de modo a contribuir para a melhoria do ambiente urbano (Rodrigues, 2013). Embora esta rede seja considerada informal e ainda pouco apoiada pelos governos urbanos, não deixa de fornecer diversos benefícios à economia local ao estimular a venda direta das hortícolas, contribuindo para o abastecimento local e regional, bem como para a redução da importação excessiva de produtos alimentares, favorecendo a economia circular (Saraiva, 2011).

Segundo Mougeot (2006), as autoridades locais consideram o custo da manutenção dos espaços verdes bastante elevado e começam a pensar os espaços sob outra perspetiva que não passe exclusivamente pela forma tradicional de jardim. A nova perspetiva passa por integrar a abordagem agrícola na racionalização e rentabilização dos espaços públicos a baixo custo, dado a sua contribuição para a economia local, nomeadamente mediante os serviços de provisão. Assim, uma aposta e valorização da agricultura urbana por meio de hortas comunitárias como parte integrante do desenvolvimento das cidades pode resultar numa ferramenta eficaz na sua gestão. Historicamente, a maior parte das hortas urbanas surgiram da iniciativa comunitária, alguma delas de génese ilegal, ou seja, de movimentos alavancados por um determinado grupo de pessoas que ocupam um determinado espaço

para cultivo. No entanto, nas últimas décadas, o número de projetos dinamizados pelas autarquias locais tem aumentado, procurando acompanhar esses movimentos. Nessas iniciativas, as autarquias têm-se focado mais na sustentabilidade da técnica de agricultura utilizada, tendo em conta os fatores ambientais, particularmente a sua proteção do meio ambiente envolvente e da qualidade de vida da comunidade. Sem descurar a produtividade hortícola, a viabilidade económica e repartição justa e transparente para a comunidade local são objetivos que ainda estão pouco presentes nessas políticas (Barata, 2017).

Nesse quadro, Pinto (2007) e Delgado (2020) identificaram diversas formas de utilização e reabilitação do espaço urbano por meio das hortas comunitárias, as quais passam pelo aproveitamento dos espaços intersticiais das cidades, tais como, entre os prédios, bairros, taludes à beira da estrada ou em terrenos rústicos. Esses usos trazem benefícios de autoabastecimento aos seus utilizadores, reduzindo os consumos energéticos e aumentando a disponibilidade das hortofrutícolas frescas e sazonais, promovendo “comunidades sustentáveis” (Rodrigues, 2013). Regra geral, os terrenos que compõem as hortas urbanas são de pequena dimensão, podendo ser classificados em função dos seus objetivos (sociais, de recreio, comunitários ou pedagógicos), isto é, os que se referem a espaços públicos, ou seja, comunitários, uma vez que as hortas urbanas também podem ser privadas.

Para além das questões energéticas e ambientais, existem evidências de outros benefícios decorrentes do uso das hortas urbanas que estão na origem dos objetivos no âmbito das políticas públicas. De acordo com Abreu (2012), as hortas constituem um local onde as pessoas podem expressar livremente a sua criatividade; e, em termos terapêuticos, as hortas urbanas também podem contribuir para melhorar condições mentais e físicas, assim como quebrar barreiras sociais, combater a discriminação e promover a inclusão social. Parente et al. (2019), por seu turno, indicam como efeitos positivos o aumento da atividade física e bem-estar, bem como redução do *stress* e cansaço, para além de uma tendência de melhoria da qualidade de vida e de maior consciência ambiental. Martinho da Silva et al. (2016) referem a segurança alimentar, as preocupações com a saúde e o ambiente, as atividades recreativas e a educação como as principais motivações para o uso de hortas urbanas. Por outro lado, é já amplamente reconhecido que a produção de alimentos frescos corresponde também a uma melhoria dos rendimentos das famílias, diminuição da pobreza urbana e à promoção da coesão social (Abreu, 2012). A prática da agricultura urbana é ainda sinónimo de uma maior segurança alimentar, uma vez que os consumidores conhecem a

origem dos produtos e a sua forma de produção (Truninger, 2010).

O avanço significativo na criação de hortas comunitárias tem contribuído para esses objetivos, tratando-se de um movimento social de escala massiva que não carece da aplicação de políticas governativas, mas que age em conjunto para obtenção de um resultado mais eficiente e, a curto prazo, para promover um desenvolvimento sustentável (Skar et al., 2020).

Em linha com esses objetivos, a Food and Agriculture Organization (FAO) das Nações Unidas (2021) atribuiu à agricultura sustentável cinco princípios fundamentais que regem a sua aplicação: 1) eficácia no uso dos recursos naturais; 2) promover ação direta para conservar, proteger e maximizar os recursos naturais; 3) proteger e melhorar a qualidade de vida; 4) aumentar a resiliência dos cidadãos, das sociedades e do próprio ecossistema em que se inserem; e 5) governança na agricultura sustentável. Esses são princípios basilares, tendo em conta que as cidades são responsáveis pela produção de 70% dos gases de efeito estufa e constituem os maiores contribuidores para as alterações climáticas, sofrendo de forma mais intensa as suas consequências. Dessa forma, as hortas comunitárias têm sido apontadas como uma “boa prática” capaz de promover a sustentabilidade local e trazer benefícios ambientais consideráveis, gerando equilíbrio ecológico, protegendo a biodiversidade e contribuindo para tornar a cidade um espaço mais resiliente (De Zeeuw et al., 2011; Hallett et al., 2016; Nicholls et al., 2020; Nogueira-McRae et al., 2018; Henk de Zeeuw et al., 2000, Okvat & Zautra, 2011).

2.1 Objetivos das Hortas Comunitárias de Cascais

A inclusão da agricultura urbana nas políticas públicas, procurando soluções sustentáveis para problemas territoriais e urbanos, tais como o crescimento da população urbana e da área das cidades, é uma medida que começa a ser adotada por todo o mundo e, de forma mais recorrente, são conhecidos casos de estudo de sucesso nesse âmbito (Dvorak & Ali, 2016; Rodrigues, 2013; World Bank, 2013). Nesse quadro, o rápido crescimento urbano e o aumento da pobreza nos países considerados como em desenvolvimento, principalmente nas periferias das suas cidades, assume-se como um desafio na gestão da sustentabilidade do espaço urbano, exigindo a necessidade de se repensar questões como o acesso aos alimentos, o racionamento do fornecimento e a sua distribuição, bem como o destino dos desperdícios (Gulyas & Edmondson, 2021).

A variação nos preços dos combustíveis e dos alimentos afeta de forma desproporcional as comunidades, sendo as mais vulneráveis as que mais sentem o impacto negativo com consequências na possibilidade de consumir uma dieta alimentar diversificada (Lança, 2011), contribuindo para fenómenos complexos de pobreza alimentar. Nesse contexto, Saraiva (2011) defende que a atividade hortícola é uma componente vital para a subsistência humana, tornando-se uma estratégia de sobrevivência importante. O recurso a uma política pública incentivadora como a horta comunitária é, assim, um importante contributo para o problema da sustentabilidade e da segurança alimentar das cidades. Nessa linha, o município de Cascais, em Portugal, afigura-se como um caso de boas práticas de desenvolvimento urbano sustentável (Alves et al., 2019).

O objetivo das hortas de Cascais vai ao encontro das vertentes social, ambiental e económica do desenvolvimento urbano sustentável. Segundo o regulamento do projeto da Câmara Municipal de Cascais (2021), os principais objetivos das hortas comunitárias consistem em: 1) fomentar a agricultura biológica como uma ferramenta de lazer, proporcionando à população idosa, mas não só, uma vida mais ativa; 2) promover produtos biológicos para uma alimentação mais saudável; 3) sensibilizar a população no que diz respeito às questões ambientais; 4) valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na sua manutenção; 5) incentivar a utilização da compostagem; e 6) promover atividades sustentáveis para as famílias. Tais atividades pretendem trazer benefícios para a comunidade envolvida, nomeadamente: na promoção do convívio entre vizinhos; no combate à solidão de pessoas mais velhas, visto que o maior número de praticantes é já reformado; na interação e crescimento das crianças em volta de um espaço verde, em contacto com os alimentos que a terra dá e combatendo a dependência das tecnologias; na redução de sintomas de *stress*; e, também, no sentimento de afetividade e participação num projeto em que os seus terrenos são o espelho da sua freguesia.

3 Metodologia

3.1. Desenho de pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer os usos e motivações dos utilizadores das hortas comunitárias. Para dar resposta a esse desiderato, recorreu-se a um desenho de pesquisa qualitativo, entendendo-se adequado no âmbito de uma investigação centrada

nas relações sociais que requer uma abordagem que reconheça a mutabilidade e dinamismo do objeto em análise (Campenhoudt & Quivy, 2013).

A recolha de dados obedeceu a dois momentos. Um primeiro assente na recolha documental sobre o projeto das hortas comunitárias da Câmara Municipal de Cascais, principalmente por meio do seu sítio eletrónico oficial, assim com o sítio do Cascais Ambiente. Estas duas fontes disponibilizam informações pormenorizadas sobre o projeto, desde o número de talhões, hortelãos e a dimensão de cada horta. Isto tornou possível aceder aos dados do projeto e facilitou a sua leitura inicial. As informações levantadas permitiram ainda conhecer as especificidades de cada horta e as regras gerais de participação. Um segundo momento materializou-se na construção de um guião e elaboração de entrevistas semiestruturadas com os utilizadores das hortas comunitárias de Cascais. A escolha desse método de recolha de dados baseou-se na sua capacidade para analisar o sentido que os participantes atribuem às suas práticas e aos fenómenos com que se deparam quotidianamente (Campenhoudt & Quivy, 2013). Assim, o objetivo das entrevistas foi o de identificar as motivações dos hortelãos para a adesão ao projeto e compreender o uso que estes dão ao espaço cedido pela autarquia.

Num universo de 570 hortelãos, foram realizadas 12 entrevistas (5 homens e 7 mulheres, com idades compreendidas entre 41 e 76 anos). Destes, 6 hortelãos já possuíam um talhão atribuído e 6 estavam em fila de espera. A entrevista com os hortelãos foi presencial, individual e realizada nas suas respetivas hortas, sendo estas gravadas com o seu consentimento. Foi feita uma marcação prévia e em dias diferentes de forma a permitir um melhor diagnóstico e recolha de alguns apontamentos do espaço. O mesmo procedimento ocorreu com entrevistados que estavam em lista de espera. No entanto, com esses últimos, não foi possível realizar a entrevista de forma presencial e recorreu-se à chamada telefónica, agendada pelo técnico das Terras de Cascais, de forma antecipada e com consentimento do município antes do fornecimento do contacto telefónico. Procurou-se não limitar o tempo da entrevista, partindo do princípio de que as perguntas eram objetivas e isso implicaria respostas curtas e diretas.

As entrevistas foram gravadas com recurso a uma aplicação no telemóvel, mediante permissão dos entrevistados, e teve uma duração média de 6 minutos. Verificou-se que, nas entrevistas telefónicas, o tempo foi muito mais curto comparado com as entrevistas presenciais, em que se registam entrevistas de 16 minutos. Durante as entrevistas foram abordados diferentes conceitos agrícolas, nomeadamente as culturas sazonais escolhidas pelos hortelãos, as suas preferências para o futuro e conhecimento sobre a horticultura em modo biológico. Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas e, para a análise de dados, recorreu-se à técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2011), construindo-se, para o efeito,

categorias temáticas com base num procedimento designado “por milha”, em função da organização do material recolhido por unidade de sentido.

3.2 Cascais como Estudo de Caso

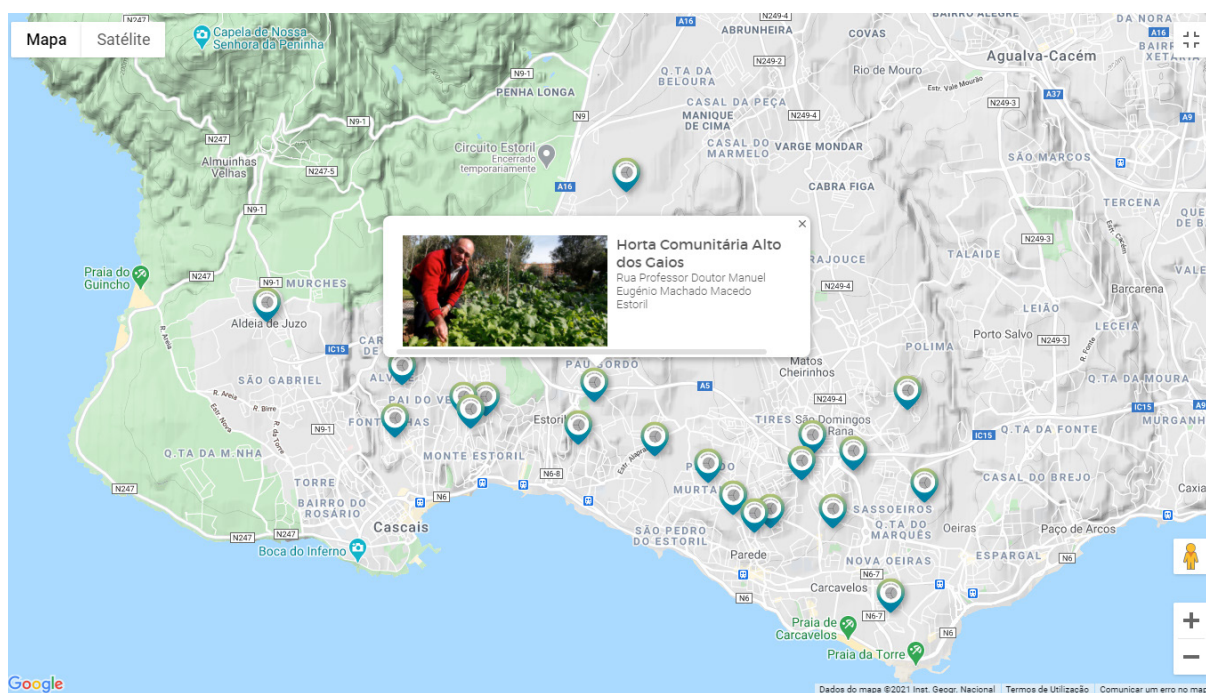
Cascais surge como um estudo de caso devido à elevada procura que existe atualmente em torno do projeto das hortas urbanas do município, para além de este ser geralmente referido como um caso de boas práticas de desenvolvimento urbano sustentável (Alves et al., 2019; Seixas et al., 2020). De acordo com Yin (2009), a preferência pelo estudo de caso deve obedecer a três fatores essenciais: o tipo de questão que se pretende investigar, o controlo que o pesquisador tem sobre o fenómeno a averiguar e se este é contemporâneo ou histórico. Ou seja, para o autor, o estudo de caso é a metodologia a adotar quando as questões que pretendemos investigar prende-se com o “como” e o “porque”. Assim, tal abordagem está enquadrada com a pesquisa em curso, uma vez que se pretende estudar e perceber os motivos que levam os munícipes a inscreverem-se no programa das hortas comunitárias de Cascais, de que forma usam o espaço e compreender a relação entre as motivações e usos.

O Município de Cascais estende-se por uma área de aproximadamente 97,4 Km² e conta com uma população de 213,608 habitantes, dividindo-se atualmente em quatro freguesias: Alcabideche, Carcavelos e Parede, Cascais e Estoril e São Domingos de Rana. Ainda que o município esteja inserido na AML, onde a agricultura tradicional tem menor expressividade, a sua prática é bastante antiga e muito praticada pelos residentes para o sustento familiar. Os espaços urbanos têm vindo a tornar-se cada vez mais densos, agressivos e desumanizados, devido ao aumento da população em espaços em que o betão impera. Tendo em conta essa problemática, surgiu a necessidade da ampliação e diversificação dos espaços verdes, com vista a melhorar a qualidade de vida e contribuir para o lazer e o bem-estar dos habitantes do Município de Cascais. Para além disso, os projetos de hortas urbanas são uma forma de tornar mais atrativos e sustentáveis os espaços verdes do ponto de vista ecológico e ambiental (AmbienteCascais, 2021).

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

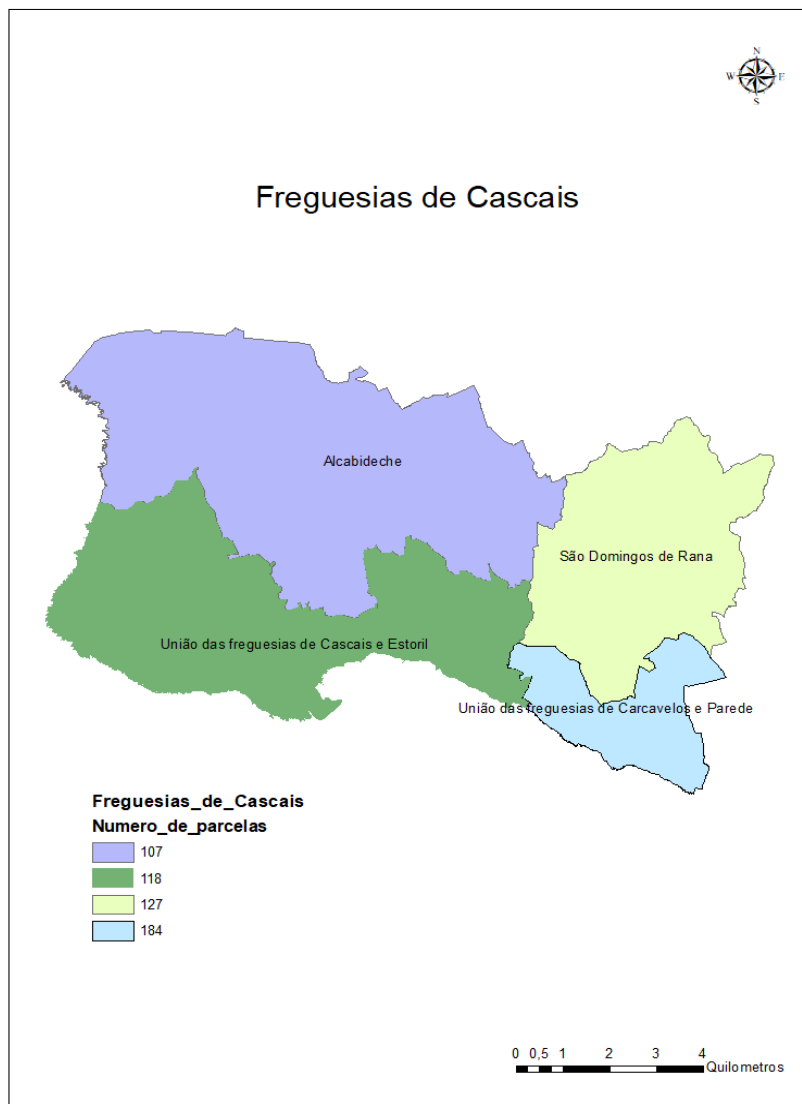
A agricultura de subsistência, materializada sob forma de hortas urbanas comunitárias, permite melhorias ambientais significativas, desde a manutenção da qualidade do solo, garantia da biodiversidade e, conseqüentemente, da estrutura ecológica. Em termos sociais, apresenta um enorme potencial sociocultural, oferecendo uma melhor qualidade de vida. O Programa das Hortas de Cascais, na sua vertente comunitária, visa um espaço onde se fomente um espírito coletivo, apropriação diversificada do espaço público e, também, evitar conflitos metodológicos de cultivo entre agricultura biológica e convencional (AmbienteCascais, 2021). A Figura 1 apresenta a distribuição das hortas urbanas existentes no município de Cascais por meio da aplicação disponível no site do projeto e a Figura 2 a distribuição das parcelas por freguesia.

Figura 1: Aplicação para identificar as hortas no Município



Fonte: Cascais Ambiente (2021).

Figura 2: Distribuição das parcelas das hortas comunitárias pelas freguesias de Cascais.



Fonte: Elaboração dos autores.

A Tabela 1 apresenta o levantamento das hortas urbanas existentes em Cascais, por freguesia, com o respetivo nome e número de parcelas

Tabela 1: Levantamento das Hortas Urbanas no Município de Cascais

Freguesia	Nome	Horta	Nº Parcelas
Alcabideche	Horta Comunitária Vale da Amoreira	AMOR	18
	Horta Comunitária Adroana	BADR	28
	Horta Comunitária do Bairro Irene	BIRN	15
	Horta Associativa da Adroana	HABAR	46
São Domingos de Rana	Horta Comunitária do Bairro dos 7 Castelos	7CAST	28
	Horta Comunitária do Bairro 16 de Novembro	B16N	28
	Horta Comunitária Joaninhas	BJON	15
	Horta Comunitária Outeiro de Polima	OUTP	30
	Horta Comunitária do Penedo	PNED	20
	Horta Associativa do Penedo	HAPND	6
	Vinha Comunitária do Jardim das Oliveiras	VCJOLI	5 Lotes
Estoril e Cascais	Horta Comunitária da Aldeia de Juzo	AJUZ	13
	Horta Comunitária da Casa do Alecrim	ALCM	26
	Horta Comunitária Alto dos Gaios	ALTG	14
	Horta Comunitária do Bairro Novo do Pinhal	BNVP	31
	Horta Comunitária Mantero Belard	MANT	6
	Horta Comunitária da Marquesa do Cadaval	MCAD	5
	Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores	PNAV	23
	Pomar Comunitário da Aldeia de Juzo	PCAJUZ	5 Lotes
Carcavelos e Parede	Horta Comunitária Alto de Parede	ALTP	18
	Horta Comunitária Bela-Vista	BELV	24
	Horta Comunitária Bairro de S. João	BSJR	22
	Horta Comunitária da Escola Secundária Fernando Lopes Graça	EFLG	13
	Horta Comunitária Lombos	LOMB	35
	Horta Comunitária do Murtal	MURT	28
	Horta Comunitária Quinta dos Gafanhotos	QGFT	13
	Horta Comunitária da Quinta do Rato	QTAR	17
	Horta Comunitária do Bairro de São Miguel das Encostas	SMEC	14
	Pomar Comunitário do Bairro de São Miguel das Encostas	PCSMEC	5 Lotes
	Vinha Comunitária do Murtal	VCMURT	8 Lotes
Vinha Comunitária da Bela-Vista	VCBEL	6 Lotes	

Fonte: Elaboração dos autores a partir de AmbienteCascais (2021).

No processo de pedido de um talhão é disponibilizada uma ficha de inscrição para os residentes interessados do Município de Cascais. A seleção é feita consoante a ordem da inscrição e a proximidade da área de residência à horta. Após a aprovação, o agregado

familiar recebe um talhão com aproximadamente 30 m², mediante o pagamento de um valor simbólico de 10 euros. A autarquia, por seu turno, apela aos futuros utilizadores sentido de responsabilidade e zelo pelas boas práticas, pela qualidade do produto, para além da necessidade de frequentar uma ação de formação obrigatória, preservar o bom estado de todos os utensílios comuns, facilitar a partilha do material, fazer prevalecer a comunicação e interação no seio da comunidade hortícola e utilizar apenas as técnicas permitidas na agricultura biológica (Abreu, 2012).

Após o mapeamento das hortas urbanas, a Tabela 2 apresenta os resultados da análise de conteúdo às entrevistas realizadas com os hortelões e a Tabela 3 com as pessoas na lista de espera por um talhão.

Tabela 2: Análise de conteúdo às entrevistas dos hortelões.

Entrevistado	Usos	Motivações
1	<i>"embora também é uma altura de isso servir para os avós, não é... eu sou avó tenho 73 anos e tenho netos pequeninos e eles começam a vir para aqui costumo ter aqui uma mesita e aqueles brinquedos das crianças a panelinha.... começam a perceber também começam a aprender o que é couve, o que é cenoura etc... eu tenho 8 netos."</i>	<i>"ouvi dizer que iam fazer aqui hortas, e eu inscrevi-me logo, trocar a horta pela pesca vamos lá ver se tenho sorte. Claro isto é um passatempo, isto leva-me a vir aqui várias vezes ao dia mexer as pernas, os braços porque nós necessitamos de articular os ossos. Não podemos estar muito tempo sentado"</i>
2	<i>"Costumo plantar alfaces, cebolas, as favas, alhos, couve e pronto... agora é altura de semear tudo. Mas há altura em que não se pode semear favas, cebolas... , mas pronto a gente vai semeando o que se pode, esta terra também não está capaz, este ano choveu muito está tudo em lama. "</i>	<i>"Porque gosto e a gente vai tirando aqui alguma coisa para a gente comer, e é só por isso, mais nada."</i>
3	<i>"Ponho aqui uma variedade grande de produtos... Agora está-se a preparar a terra para as sementeiras e para o plantio dos produtos de verão, como a courgette, o tomate, do feijão verde. Portanto depois mais tarde são os pimentos. Às vezes a minha mulher vem ajudar-me a tirar as pedras que estão aqui, que eram muitas pedras."</i>	<i>"Olha, ocupar o tempo da reforma... não ter necessidade e pelo menos adquirir no exterior a menor quantidade possível de legumes e, portanto, aqui sei que não leva produtos químicos, não leva nada e sei aquilo que estou a comer."</i>
4	<i>"Portanto nós preparamos a terra, cavamos, mas agora deixei de cavar a terra, só reviro, até porque tem muita minhoca... Mas, portanto, eu uso o estrume, era o que a minha mãe usava no campo na altura... O meu terreno tem sempre de tudo, alfaces beterrabas, nabo, nabiças, alho francês, cebolas, couve de portuguesa, couve kale, favas, as ervilhas, o feijão verde, etc."</i>	<i>"Então é assim eu sempre gostei muito da terra, primeiro porque as minhas origens são camponesas... Vai ao encontro de cultivar para mim, para a família, para os amigos, para os vizinhos e para quem passa por aqui... Sei lá porque eu gosto imenso de dar. Eu essencialmente faço aqui o meu cultivo, eu consumo o que cultivou aqui... Dou Gosto aquilo que eu queria fazer, tiro daqui imenso prazer, do ponto de vista psicológico é ótimo, porque nós acabamos por andar aqui e isto é um antistress fantástico..."</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

5	<i>"Então o que acontece é que tenho dois tipos de utilização tenho umas vezes que eu vou à horta fazer trabalho mais pesado ou fazer dias inteiros ou amanhã inteiras e que vou sozinha e tenho algumas vezes que eu vou à horta fazer tarefas mais pequenas vou com ela, como por exemplo ir apanhar tomate, ir apanhar algumas ervas de aninhas ou fazer coisas mais leves mesmo assim ela aguenta ..."</i>	<i>"A primeira coisa que me levou a inscrever no projeto foi querer que os meus filhos crescessem, não estando a crescer no campo ou no meio mais rural, quis que eles crescessem em contacto com uma produção de alimentos e algum trabalho hortícola mais próximo do campo e com certas noções e um contacto com a terra..."</i>
6	<i>"Utilizo espaço para cultivar. Cavar com enxada, não há outra hipótese porque isso é pequeno.... Planto favas, ervilhas, couves ..."</i>	<i>"Para me entreter... eu fui criado nisso desde pequeno..."</i>

Tabela 3: Análise de conteúdo às entrevistas das pessoas em lista de espera

Entrevistado	Usos	Motivações
7	<i>"pensaria em plantar aquilo que me dava mais jeito em casa."</i>	<i>"Por causa do meu filho. Porque é pequena e eu queria lhe ensinar essa parte da vida não é, as coisas não vêm do supermercado"</i>
8	<i>"Quería fazer plantas aromáticas e hortícolas em agricultura biológica."</i>	<i>"Tenho 3 filhas, e achava que era importante elas verem o desenvolvimento e crescimento das plantas"</i>
9	<i>"Era para cultivar as hortícolas que a gente usa todos os dias para a salada, para a sopa..."</i>	<i>"O meu sogro e o meu pai já se reformaram agora e estavam a precisar de ocupar um bocado do tempo..."</i>
10	<i>"Para cultivar os meus próprios legumes e hortaliças"</i>	<i>"cresci no meio de agricultura e da horta, foi isso que me levou a candidatar."</i>
11	<i>"O espaço que tenho visto é pequeno, não dá para ter lá árvores, por isso é principalmente para hortícolas"</i>	<i>"queria me entreter um bocadinho e ter lá uns produtos biológicos"</i>
12	<i>"Semear e cuidar. Eu não tenho muita experiência, mas o meu avô tem."</i>	<i>"gostava de plantar os meus próprios legumes e frutas... tenho um avô que tem 94 anos... e é uma coisa que ele adora fazer, tem muito jeito... E também porque tenho dois filhos pequeno..."</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

Na Tabela 4 é possível verificar que os entrevistados, na sua totalidade, utilizam o espaço para cultivar e ter produtos frescos em casa, socializando com os outros hortelãos através da troca de experiências agrícolas adquiridas e partilha de produtos. Por outro lado, ainda que não tenha sido referido nas entrevistas, identificamos *in loco* um grande sentido de solidariedade comunitária e uma paixão em dar ou oferecer a quem passa pela horta por necessidade, uma potencialidade identificada na literatura sobre a capacidade dos espaços verdes urbanos fomentaram a coesão social e o sentimento de pertença (Jennings & Bamkole, 2019).

Tabela 4: Principais usos emergentes das categorias de análise.

Categorias	Entrevistados											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Plantar/cultivar		x	x	x		x	x		x			
Socializar	x	x	x	x	x	x						
Apanhar produtos frescos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ensinar os mais novos	x				x		x	x				x

Fonte: Elaboração dos autores.

Observamos que metade dos inquiridos invocou razões familiares, de forma a utilizar o espaço como um lugar para se entreter com a família e principalmente para ocupar tempo dos avós/avôs já reformados, mas também como um espaço para ensinar e passar mensagem aos mais jovens (crianças) sobre a importância das hortas, desde a plantação até à colheita. O objetivo principal identificado, tanto dos hortelãos como dos potenciais, é o de ter produtos frescos em casa, sem intermediários, com um acompanhamento de perto em todas as fases de desenvolvimento e com cuidados culturais necessários para o sucesso da colheita. Esses resultados estão em consonância com outros estudos nacionais (Martinho da Silva et al., 2016; Parente et al., 2019; Truninger, 2010) e internacionais (Audate et al., 2021; Pham & Turner, 2020), nomeadamente com os objetivos dos usos e os contributos atribuídos à aplicação desse tipo de política, focado essencialmente no fator social e na qualidade de vida dos munícipes, com um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e linhas gerais que levam a salvaguardar o bem-estar social. Ainda que não mencionado com grande expressividade, no âmbito da dimensão económica, a produção agrícola contribui na diminuição dos gastos e na respetiva poupança com a alimentação familiar (Calbino, et al., 2018).

Na Tabela 5, identificam-se as principais motivações dos participantes do projeto hortas de Cascais. A grande maioria dos entrevistados não invocou questões económicas como razão principal para o uso da parcela cedida ou uma eventual utilização (lista de espera). O contacto com a terra assume-se como a motivação comum, partilhada por todos, uns pelas razões culturais e familiares de experiências trazidas de zonas rurais, e outros pela vontade em experimentar e por ser uma atividade lúdica.

Tabela 5: Principais motivações emergentes das categorias de análise.

Categorias	Entrevistados											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Alimentação saudável			x	x							x	
Estar com a família	x				x		x	x	x			x
Contacto com a terra	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Lazer/entretenimento	x	x	x	x		x		x				

Fonte: Elaboração dos autores.

Poucos foram os que referiram motivos ambientais para a inscrição no projeto. Dessa forma, a crescente consciencialização da comunidade sobre a importância da produção em modo biológico deve ser reforçada no sentido de criar uma maior preocupação ambiental, algo que poderá ter impacto em todas as atividades hortícolas da comunidade ou no quotidiano dos hortelãos que não passa só pela horta, e que Parente et al. (2019) referem como uma repercussão da prática de agricultura sustentável. No entanto, no que se refere aos aspetos familiares, observa-se que metade dos entrevistados invoca motivos de lazer, passatempo ou simplesmente entretenimento com a família como motivações para o uso das hortas urbanas, uns porque os pais já estão reformados e seria algo ideal para ocupar o tempo enquanto produzem produtos de qualidade, outros, no sentido de poderem estar mais tempo junto da família, dado que a obtenção de uma parcela na horta incute uma certa responsabilidade de pertença, cuidados culturais necessários e, de forma geral, a prática hortícola em modo biológico. Esses fatores fortalecem a conexão do indivíduo com os ciclos da Natureza, concretamente no uso eficiente da água, da sensibilização para as alterações climáticas, na necessidade de reduzir a pegada ecológica, entre outros. Ainda assim, tais espaços assumem um papel importante na promoção de um estilo de vida mais saudável, sendo visível na referência a uma alimentação saudável. Emergem, assim, novos hábitos de vida em comunidade mais sustentáveis e saudáveis em prol de uma maior cidadania ambiental (Barata, 2017).

5 Conclusões

O crescimento da população nas cidades e os problemas decorrentes associados à crise socioecológica, à degradação de infraestruturas urbanas, ao enfraquecimento da coesão

social e à exclusão social afiguram-se como desafios prementes na contemporaneidade. Tais desafios podem ser mitigados à escala local, por meio do poder autárquico. Entre as soluções possíveis, o fomento de hortas urbanas comunitárias e a facilitação do seu processo de democratização emerge como uma resposta aos problemas enunciados. A agricultura urbana, assente na vertente das hortas urbanas, e, nomeadamente, ao nível comunitário, contribui para o desenvolvimento urbano sustentável de uma forma holística, importando, por isso, conhecer quais os principais usos e motivações dos utilizadores e potenciais utilizadores desses espaços, adotando como estudo de caso o município de Cascais.

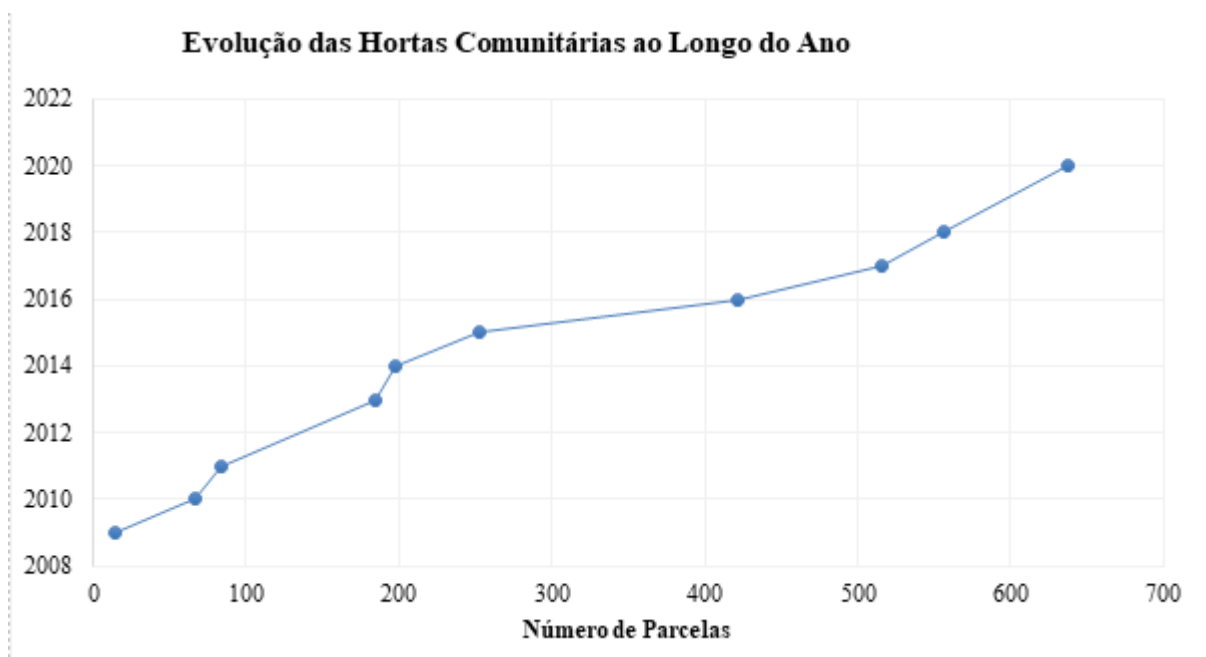
Os resultados encontrados são reveladores de que as hortas urbanas apresentam benefícios diversos para as políticas públicas e gestão territorial. Desde logo, assumem-se como uma ferramenta de investimento estratégico para aliviar outros meios de assistência que garantam a segurança alimentar, a poupança familiar e a preservação ambiental. No entanto os benefícios sociais decorrentes dessa prática para os hortelãos são vários: desde a melhoria da qualidade de vida, dos efeitos terapêuticos positivos, da valorização pessoal e, principalmente, na promoção da coesão social e empoderamento das comunidades mais vulneráveis. As motivações associadas ao uso das hortas urbanas assentam, essencialmente, na procura de lazer, pelo contacto com a terra, obtenção de produtos frescos ou, simplesmente, para conviver em família, num espírito de “agricultura familiar moderna”. Ainda que seja possível identificar como benefício indireto dessa prática, as razões económicas não surgem, segundo os utilizadores, como uma motivação relevante.

Diante da crescente procura evidente na lista de espera, sugere-se um aumento do número de hortas urbanas por parte da autarquia. Não obstante o esforço autárquico patente nesse projeto, sobretudo ao nível de um aumento significativo do número de parcelas disponíveis (Anexo 1), poderá ser interessante optar-se por hortas comunitárias públicas inseridas em cada freguesia com responsáveis e coordenadores contratados pela autarquia para a sua gestão. Aqui, os munícipes, por vontade própria, seriam voluntários sem que fossem necessárias grandes deslocações e, em contrapartida, receberiam produtos frescos, para além de contribuírem na doação desses produtos para as comunidades mais vulneráveis. Outra possível solução seria de hortas comunitárias partilhadas, onde os hortelãos poderiam dividir a sua parcela com outras pessoas. Dado o tempo dispensado pelos hortelãos nos cuidados e manutenção da horta ser reduzido, podem dar-se situações de abandono de algumas parcelas, sendo estas passíveis de serem evitadas caso fosse possível a partilha da manutenção do espaço. Acresce o facto de que esta opção incentivaria

uma cultura comunitária baseada no reforço dos laços sociais, na partilha de experiências de vida, promovendo a inclusão e integração social e contribuindo para uma utilização eficiente do espaço urbano.

Anexo 1

Gráfico 3: Evolução das hortas Comunitárias no Concelho de Cascais



Fonte: Elaboração dos autores.

Referências

Abreu, Â. M. R. da S. M. (2012). *Hortas urbanas—contributo para a sustentabilidade. Caso de estudo: “Hortas comunitárias de Cascais”* (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10362/7981>

Alves, M. A., Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2019). Smart cities in Brazil and Portugal: The state of the art. *Urbe, 11*. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20190061>

AmbienteCascais. (2021). Hortas Comunitárias. Consultado em 15, 2021, disponível em Projectos website: <https://ambiente.cascais.pt/pt/terrasdecascais/hortas-comunitarias>

Audate, P. P., Cloutier, G., & Lebel, A. (2021). The motivations of urban agriculture practitioners in deprived neighborhoods: A comparative study of Montreal and Quito. *Urban Forestry and Urban Greening*, 62. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127171>

Barata, S. (2017). *Participação e desenvolvimento sustentável: as hortas comunitárias de Cascais* (Universidade Aberta). Universidade Aberta. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/6633>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Calbino, D., Borges, I., Andrade, L., Abreu, C., & Gonçalves, F. (2018). Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas. *Colóquio*, 14(2), 59. <https://doi.org/10.26767/coloquio.v14i2.718>

Campenhoudt, L. Van, & Quivy, R. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

De Zeeuw, H., Van Veenhuizen, R., & Dubbeling, M. (2011). The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *Journal of Agricultural Science*, 149(S1), 153–163. <https://doi.org/10.1017/S0021859610001279>

Delgado, C. (2017). Mapping urban agriculture in Portugal: Lessons from practice and their relevance for European post-crisis contexts. *Moravian Geographical Reports*, 25(3), 139–153. <https://doi.org/10.1515/mgr-2017-0013>

Delgado, C. (2020). A crise como oportunidade para repensar o Ordenamento Territorial: potenciar os vazios urbanos para a prática de Agricultura Urbana. *Revista Jatobá*, 2, e-65645.

Dvorak, B. D., & Ali, A. K. (2016). Urban Agriculture Case Studies in Central Texas: From the Ground to the Rooftop. In *Urban Agriculture*. Londres: IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/62350>

FAO. (2021). Sustainable agriculture. Consultado em 15, 2021, disponível em <http://www.fao.org/sustainable-development-goals/overview/fao-and-the-2030-agenda-for-sustainable-development/sustainable-agriculture/en/>

Gulyas, B. Z., & Edmondson, J. L. (2021). Increasing city resilience through urban agriculture: Challenges and solutions in the global north. *Sustainability*, 13(3), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su13031465>

Hallett, S., Hoagland, L., & Toner, E. (2016). Urban agriculture: Environmental, economic, and social perspectives. In *Horticultural Reviews* (Vol. 44, pp. 65–120). <https://doi.org/10.1002/9781119281269.ch2>

Jennings, V., & Bamkole, O. (2019). The Relationship between Social Cohesion and Urban Green Space: An Avenue for Health Promotion. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(3). <https://doi.org/10.3390/ijerph16030452>

Lança, S. (2011). *Projecto: Rede de Hortas Urbanas no Município do Seixal*. Seixal: Departamento de Desenvolvimento Estratégico - Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, Câmara Municipal do Seixal.

Lima, A. B. (2019). A trajetória histórica dos espaços de cultivo urbano na Alemanha: Interações e embates entre a urbanização e a natureza (do séc. XIX ao XX). *História Unicap*, 6(12), 274. <https://doi.org/10.25247/hu.2019.v6n12.p274-290>

Martinho da Silva, I., Oliveira Fernandes, C., Castiglione, B., & Costa, L. (2016). Characteristics and motivations of potential users of urban allotment gardens: The case of Vila Nova de Gaia municipal network of urban allotment gardens. *Urban Forestry and Urban Greening*, 20, 56–64. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2016.07.014>

Mougeot, L. (2006). *Growing better cities: urban agriculture for sustainable development*. Ottawa: International Development Research Centre.

Mougeot, L. J. A. (2000). *Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges*. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC).

Nicholls, E., Ely, A., Birkin, L., Basu, P., & Goulson, D. (2020). The contribution of small-scale food production in urban areas to the sustainable development goals: a review and case study. *Sustainability Science*, 15(6), 1585–1599. <https://doi.org/10.1007/s11625-020-00792-z>

Nogeire-McRae, T., Ryan, E. P., Jablonski, B. B. R., Carolan, M., Arathi, H. S., Brown, C. S., ... Schipanski, M. E. (2018). The role of urban agriculture in a secure, healthy, and sustainable food system. *BioScience*, 68(10), 748–759. <https://doi.org/10.1093/biosci/biy071>

OECD. (2009). Agriculture more resilient to global crisis than other sectors, says OECD and FAO. Consultado em 15, 2021, disponível em <https://www.oecd.org/newsroom/agriculturemoreresilienttoglobalcrisisthanothersectorssaysocdandfao.htm>

Okvat, H. A., & Zautra, A. J. (2011). Community Gardening: A Parsimonious Path to Individual, Community, and Environmental Resilience. *American Journal of Community Psychology*, 47(3–4), 374–387. <https://doi.org/10.1007/s10464-010-9404-z>

Oliveira, G. M., Vidal, D. G., & Ferraz, M. P. (2020). Urban Lifestyles and Consumption Patterns. In W. L. Filho, A. M. Azul, L. Brandli, P. G. Özuyar, & T. Wall (Eds.), *Sustainable Cities and Communities. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals* (pp. 851–860). Cham: Springer Nature Switzerland AG. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71061-7_54-1

Parente, C., Santos, R., & Ramos, M. (2019). Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 38, 110–130. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc38a6>

Pham, T. T. H., & Turner, S. (2020). 'If I want safe food I have to grow it myself': Patterns and motivations of urban agriculture in a small city in Vietnam's northern borderlands. *Land Use Policy*, 96. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104681>

Pinto, R. S. B. F. F. (2007). *Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga* (Universidade do Minho). Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/7988>

Rodrigues, S. C. A. (2013). *Um modelo para a implementação de redes de hortas urbanas* (Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo). Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11960/1124>

Saraiva, R. A. (2011). *As Hortas Urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do Concelho de Oeiras* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7270>

Seixas, P. C. (2003). Higienismo: Textos que Fizeram Cidade. In I. Patim (Ed.), *Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas* (pp. 119–137). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Seixas, P. C., Baptista, L., & Dias, R. C. (2020). Territorial sociometries of citizen participation: Kernel maps as a support tool for municipal strategic planning. *Urbe*, 12, e20190249. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.E20190249>

Skar, S. L. G., Pineda-Martos, R., Timpe, A., Pölling, B., Bohn, K., Kùlvik, M., ... Junge, R. (2020). Urban agriculture as a keystone contribution towards securing sustainable and healthy development for cities in the future. *Blue-Green Systems*, 2(1), 1–27. <https://doi.org/10.2166/bgs.2019.931>

Soromenho-Marques, V. (2005). Raízes do Ambientalismo em Portugal. In *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (pp. 127–144). Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Steffen, W. (2022). The Earth System, the Great Acceleration and the Anthropocene. In W. Steffen, & R. Taylor (Eds), *Sustainability and the New Economics: Synthesising Ecological Economics and Modern Monetary Theory* (pp. 15-32). Springer.

Teixeira, D. M. da C. L. (2016). *Hortas urbanas: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade* (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/36984>

Truninger, M. (2010). *O Campo Vem à Cidade: Agricultura Biológica, Mercado e Consumo Sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, P. D. (2019). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420)*. New York: United Nations. Disponível em <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, A/RES/70/1*. Geneva. Disponível em http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

Wahl D (2016) *Designing Regenerative Cultures*. Triarchy Press, Dorset.

World Bank. (2013). *Urban agriculture: findings from four city case studies* (No. 18). Washington, D.C. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/434431468331834592/Urban-agriculture-findings-from-four-city-case-studies>

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Zeeuw, Henk de, Gündel, S., & Waibel, H. (2000). The Integration of Agriculture in Urban Policies. In N. Bakker, M. Dubbeling, S. Gündel, U. Sabel-Koschella, & H. de Zeeuw (Eds.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 161–180). Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung (DSE), Zentralstelle für Ernährung und Landwirtschaft.